

ANÁLISE ESTRATÉGICA NERINT

A Geopolítica Russa e seu Sentimento de Insegurança

José Alexandre Altahyde Hage¹

Ao findar a Guerra Fria, em 1991, alguns termos foram muito divulgados nos debates sobre relações internacionais, bem como na imprensa em geral. Talvez o termo mais conhecido seja o do fim da história, de Francis Fukuyama. O autor, utilizando-se de pensamento do filósofo Georg W. F. Hegel, não acreditava mais na progressão da história por meio de mudanças ideológicas ou de grandes saltos políticos e militares, caso das conquistas de Napoleão Bonaparte contra o Antigo Regime na Europa. Com esse fim da história, para Fukuyama, sob a decadência do embate entre Estados Unidos e União Soviética o sistema internacional, daí resultante, não deveria sofrer mudanças bruscas, mas sim paliativas.

Assim, a peleja entre Estados territoriais (como se pede em geopolítica) por recursos naturais, espaço e outros itens consagrados da política internacional, deveria dar lugar a uma nova agenda global, cuja premissa seria a do meio-ambiente, dos direitos humanos, da democracia parlamentar, do livre-comércio e, na atualidade, do *green power*², possivelmente integrados a programas de administração dos valores mundiais. E para a resolução dos conflitos externos haveria o emprego do *soft power* por meio de uma potência reguladora da ordem, os Estados Unidos, e do direito internacional aplicado a regimes internacionais.

No campo conservador-realista, Samuel Huntington também procurou tomar posição no debate ao lançar seu igualmente famoso Choque

¹ Departamento de Relações Internacionais, Universidade Federal de São Paulo. São Paulo, Brasil. E-mail: alexandrehage@hotmail.com.

² Dentro do *green power* há esforços para substituir a energia nuclear e dos combustíveis fósseis, bem como do carvão mineral, em benefício de combustíveis renovável. Tal intenção é parte dos esforços para “descarbonizar” a economia internacional. A União Europeia tem sido intensa na apresentação de políticas para isso.

de Civilizações, que deveria ser a tônica dos conflitos internacionais de alta intensidade que, em parte, substituiria impasses e guerras de projeções clássicas e da geopolítica. Conflitos por valores e culturas poderiam substituir os antigos de coloração territorial ou material. De alguma forma, os dois professores combinavam em um ponto: o de diminuir a relativa importância do Estado territorial.

Se as premissas demonstradas acima não podem ser ignoradas, de igual modo, não há como dar as costas ao fato de que a velha geopolítica não foi esgotada, sobretudo por aquele grupo de Estados denominados grandes potências, do qual fazem parte Rússia, Estados Unidos e China. No caso do Kremlin, ficou patente que o desaparecimento da União Soviética foi interpretado como tragédia política incalculável para o poder russo, cuja desejada recuperação não ocorrerá sem sofrimento da Europa, caso da Ucrânia ou da Ásia Central, Geórgia e outros.

Não seria crível observar o conflito entre Rússia e Ucrânia sem levar em conta a movimentação geopolítica na qual Moscou procura se apresentar como potência ascendente e, para tanto, utilizar de seu temor de segurança nacional ampliada para marcar terreno. Nesse ponto, demarcado na Ucrânia, a Rússia deixa clara sua visão de que não permitirá a presença de forças multinacionais, da OTAN, ou de emprego de agentes e instituições de composição liberal, cosmopolita, portando valores considerados contrários aos interesses russos.

Eis um problema. Na composição do poder russo, sua segurança nacional ampliada não é somente demarcada pela fronteira conhecida como o “estrangeiro próximo”, Ucrânia e Bielorrússia em primeiro plano; mas também por países que se confundem com aquilo que pode ser chamado de espírito ou gênese do que é ser russo. A ideia de que forças ocidentais penetram na Ucrânia, no decorrer do atual século, promovendo a nova agenda, constrange a Rússia, visto que aquelas sugestões podem provocar efeitos considerados refratários à elite dirigente do país, da qual o presidente Vladimir Putin é a personagem mais conhecida. O efeito mais temido seria a desestabilização do poder russo.

Isto porque Kiev tem sido vista como campo de prova para a movimentação de grupos favoráveis ao programa político, econômico e cultural da União Europeia, mais aberto, porém conflitante com a posição representada por Moscou. O avanço ocidental na Praça Maidan (Euromaidan), em 2014, e a rápida entrada de forças russas na Crimeia, como contrarresposta, são exemplares para indicar o temor de insegurança traduzido pela Rússia em face do processo de liberalização de seu estrangeiro próximo e sua tentativa (real ou não) de entrar na Aliança Atlântica.

A vinculação da Ucrânia, em primeiro lugar, a projetos ocidentais de expansão, já seria indicação de que haveria disputa geopolítica na Europa Oriental entre Estados Unidos, com auxílio material de algumas potências da OTAN, e Rússia pela preeminência regional. A guerra atual também pode levar à outra observação, bem complexa para o momento: qual é o papel do direito internacional, dos tratados e das soberanias nacionais? Por que a Ucrânia, por exemplo, não poderia se filiar a instituições e valores considerados modernos?

No âmbito da política do poder, na qual a geopolítica é integrante, a relação com o direito é dificultada pelo fato de a primeira não ser desenvolvida pelo ideal ou pela virtude, mas sim pela correlação de forças existente entre potências. Por isso, a Ucrânia passa por situação paradoxal, resultado das peculiaridades positivas da geopolítica ucraniana. Por que a Ucrânia é paradoxal? Pelo motivo de sua localização geográfica, sua gênese cultural análoga à russa, por sua economia com aspecto progressiva, e por ser passagem de uma rede intrincada de gasodutos em direção para bom número de Estados europeus.

De fato, a Ucrânia se tornou prisioneira de sua própria situação geopolítica, praticamente interligada aos interesses mais complexos da Rússia que emergem a partir de particularidades culturais, políticas e logísticas. Pelo território ucraniano passam 80% da energia consumida no continente – gás natural e petróleo proveniente de jazidas russas ou adjacentes. É claro que na qualidade de “hub energético” o papel de Kiev é fundamental para a locomoção russa no que tange à projeção de poder de Moscou na Europa Oriental.

No aspecto cultural, é reparado que a admissão da Ucrânia na União Europeia perturbaria minimamente a Rússia naquilo que ela pensa ser valores fundamentais da eslavofilia, mas não seria dramático em excesso, uma vez que dinheiro é sempre bem-vindo. Contudo, o passo mais delicado que o vizinho poderia fazer seria pedir entrada na OTAN em confronto ao peso exercido por Moscou no estrangeiro próximo, sendo a Ucrânia área mais sensível para a concepção geopolítica russa que pensa, no longo prazo, estabelecer conexão denominada eurasianismo, tendo na Rússia o centro de gravidade e com irradiação no leste europeu, beirando a Alemanha e abarcando o centro asiático, no Cazaquistão, por exemplo.

Em virtude das questões expostas acima há como vislumbrar a guerra atual na Europa Oriental não apenas como expressão de um sistema internacional em desajuste, mas igualmente como desdobramento de projeções geopolíticas, cujos pontos nervosos ainda estão em ebulição e não totalmente esgotados pelas potências em tela – talvez nem o faça no futuro próximo. Conhecer a natureza da política internacional, sem anseios de realizações virtuosas, poderia ser o primeiro passo para se conseguir um

concerto internacional com alguma razoabilidade. Nisso, o direito e o dever ser não tem garantia de vingar, pois assuntos de segurança ainda tem lugar de ser para Rússia, Estados Unidos, China ou Estados europeus.

Tensão na Ucrânia: Guerra e Jogos

Francisco Carlos Teixeira da Silva³

Xi Jinping teria condicionado o apoio a Putin para uma ação “definitiva” no Mar Negro e no Mar Báltico ao final dos Jogos Olímpicos de Inverno de Pequim, que ocorrerão entre os dias 4 e 20 de fevereiro. A tentativa de uma “Revolução Colorida” no Cazaquistão, fronteira chinesa próxima a Xinjiang, e a provocação lituana sobre Taiwan, convenceram Pequim: há necessidade de estabelecer linhas vermelhas. Os acordos anteriores, seja sobre a militarização da zona pós-soviética, seja sobre “uma só China”, estão sendo colocados em teste por forças poderosas no Ocidente.

Coincidentemente, o desafio tanto contra a Rússia quanto contra a China (o reconhecimento de Taiwan) partiram de novos países do Báltico/Mar Negro. Moscou e Beijing, analisando a fraqueza do Ocidente, desde o fiasco do Afeganistão até a tibieza das suas lideranças, resolveram que este é o momento.

Somente o Reino Unido de Elizabeth Truss —a belicista de plantão— mantém a posição de sustentar Kiev a qualquer preço. Na Alemanha, Olaf Scholz, no governo, e Friedrich Merz, na oposição, já avisaram que Berlim não irá acompanhar nenhuma guerra ou novas sanções. Macron se distanciou raivoso com a traição do AUKUS (Austrália, Estados Unidos e Reino Unido), pelo qual perdeu seus contratos militares com a Austrália.

A prontidão russa e aliada no Cazaquistão, apoiada pela China, explicitou a plena disposição de Moscou de fazer a OTAN retroceder a 1997, ou mesmo a 1991, após a Reunificação da Alemanha e a assinatura do Tratado sobre Forças Armadas Convencionais na Europa em Paris. O que Moscou pretende, mais que uma guerra destrutiva para todos, é um novo Acordo de Helsinque, como em 1975, consagrando desta vez uma nova ordem mundial. Porém, antes disso, deve tornar claro o status das áreas pós-soviéticas, ainda sob disputa—e, entre elas, as fronteiras da Ucrânia e a desmilitarização do “exterior próximo” (*near abroad*) ex-soviético.

³ Historiador e professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). E-mail: chicotempo@uol.com.br

O Retorno da Rússia: As Dimensões Militar e Diplomática

Francisco Carlos Teixeira da Silva⁴

Temos que ir além da guerra de informações (de ambos os lados) e nos ater ao estrutural: o planejamento bélico russo é clássico. Ataques pontuais aos centros nevrálgicos de transporte, comunicação e infraestrutura paralisando a Ucrânia, somados a ciberataques intensos. Assim, aeroportos, ferrovias e anéis rodoferroviários são os alvos centrais. Não estamos vendo cidades sendo bombardeadas em massa, salvo erros de ambos os lados—todos terríveis para a população civil. O que vemos são áreas periféricas de entroncamentos e nós de infraestrutura, além dos terríveis erros eventuais.

Paralisada a capacidade de mobilidade da Ucrânia começa a operação de ocupação “pontual” dos centros político-administrativos, como os ministérios, quartéis e, claro, a presidência. São aí os combates que vemos na televisão, mesmo que mal documentados (dia, hora, local, tropas). Pelo desenvolvimento das ações projetadas, não há um plano de ocupação territorial total. Neste estágio, a Ucrânia se disporia a negociar com os invasores.

⁴ Historiador e professor na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) e na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). E-mail: chicotempo@uol.com.br

Figura 1: Território Ucrainiano Ocupado pelos Russos, 26 de fevereiro (em inglês)



Fonte: Institute for the Study of War via BBC.

A alternativa seria a queda do governo e a imposição de regime títere. No momento, para a Rússia, o mais conveniente é negociar com o governo Zelensky enfraquecido, em vez de impor um títere sem nenhum reconhecimento internacional. O presidente ucraniano assinando a paz daria uma boa foto para os russos. Após isso, é possível que ele seja derrubado. Mas a negociação direta com ele é altamente legitimadora para os russos. Tudo dependerá do preço da paz — “Ai dos vencidos” (*Vae victis*, do latim), como sabemos desde a Antiguidade.

Teremos na mesa: (1) A cessão da integralidade de Donetsk e Lugansk; (2) Um estatuto de neutralidade para o resto da Ucrânia (“Rest of Ukraine”); (3) O uso facultativo do idioma russo no sistema educativo nacional. E cláusulas explosivas: a situação da soberania sobre Odessa, Mariupol, Krakov e seus oblast.

Em todo confronto devemos destacar a posição do chamado “Ocidente”, no caso a OTAN e a União Europeia. Antes da guerra, houve uma clara atuação de apoio à Ucrânia, deixando entrever garantias materiais de segurança ao

novo país. Particularmente, o secretário-geral da OTAN, Jens Stoltenberg, comportou-se como se houvesse garantia quanto à soberania ucraniana. No entanto, no interior da União Europeia não havia nenhuma coesão conforme anunciada pelo Presidente Biden acerca da “solidariedade atlântica”.

Depois de começada a guerra, Alemanha, Itália e Áustria se negaram desde logo a um rompimento radical com os russos. Os interesses econômicos e estratégicos implicam em minorar a ênfase norte-americana em sanções. As perdas europeias já são grandes com as mesmas (mercado agrícola, máquinas e equipamentos e, claro, gás e petróleo), obrigando a mudança de eixo comercial, mais caro em torno de 25% e 30%, em direção aos Estados Unidos e às empresas norte-americanas no Oriente Médio.

Tudo ainda muito fluido.

A Cúpula das Américas de Joe Biden

Leonardo Granato⁵

Os acontecimentos envolvendo a recente edição da Cúpula das Américas em Los Angeles convidam à reflexão acerca do papel desse fórum de diálogo e concertação para a América Latina, e da estratégia do mandatário democrata Joe Biden nesse marco. Nesse sentido, buscamos trazer, aqui, algumas questões que contribuam para a análise.

A IX Cúpula das Américas teve lugar em junho de 2022 e, pela segunda vez na história do fórum, os Estados Unidos foram os anfitriões. A primeira vez foi em 1994, por ocasião da primeira Cúpula em Miami, que teve como centro das atenções o lançamento da proposta estadunidense de integração hemisférica chamada de Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Essa primeira reunião de cúpula reativava, sob novas roupagens, a Iniciativa para as Américas de 1990, primeira estratégia estadunidense no pós-Guerra Fria voltada para a América Latina, desde a Aliança para o Progresso de 1960. O questionamento que aqui emergia era, evidentemente, acerca do verdadeiro propósito de contar com um fórum que se sobrepunha à institucionalidade da Organização dos Estados Americanos, destinada à discussão dos assuntos que afetam todo o hemisfério ocidental.

Durante os anos 1990, em um contexto de plena expansão do capitalismo neoliberal, as Cúpulas das Américas fizeram parte de um conjunto de iniciativas que os Estados Unidos levaram adiante nos planos

⁵ Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil.
E-mail: leonardo.granato@ufrgs.br

político, econômico e militar, no intuito de manter sob controle a recém redemocratizada região latino-americana. No primeiro plano, as reformas estruturais neoliberais, baseadas, dentre outros pressupostos, na liberalização comercial e desregulamentação financeira, fizeram parte do novo receituário da potência estadunidense que garantiu padrões a ela subordinados de crescimento e inserção externa dos países latinos. No segundo plano, como forma de compensar seu déficit comercial externo às custas da região latino-americana, o hegemon impulsionou acordos bilaterais de livre comércio que, enquanto o projeto da Alca avançava, buscaram cobrir todo o continente. Já no plano militar, como a posição hegemônica alcançada pelos Estados Unidos dependia de sua relação “segura” com o resto do continente, as bases militares e forças de inteligência para a América Latina mostraram-se como uma prioridade.

Entretanto, nos anos 2000, os ataques de 2001, a crise financeira de 2008 e a ascensão da China e da Rússia como grandes atores do sistema internacional evidenciaram um contexto de multipolaridade diferente ao da década de 1990. Neste marco, os novos governos populares e progressistas, comprometidos com agendas de reforma do neoliberalismo, buscaram implementar políticas de desenvolvimento socioeconômico e de integração regional, em aberto desafio aos interesses estadunidenses na região. De fato, foi na Cúpula das Américas de 2005, celebrada na cidade de Mar del Plata, que as discussões em torno da Alca como horizonte comum a ser alcançado foram encerradas sob o argumento das grandes assimetrias e desigualdades que perpassavam os países do continente. Contudo, em que pese as dificuldades para a realização dos objetivos originários da potência estadunidense, as Cúpulas das Américas foram sobrevivendo ao longo dos anos.

Tal sobrevivência torna-se mais expressiva ao considerarmos os acontecimentos dos últimos anos. Quatro anos se passaram da Cúpula em Lima de 2018, à qual Donald Trump não compareceu. Em meio a um contexto de pós-pandemia e de um cenário internacional restritivo, em decorrência em boa medida da guerra na Ucrânia, era de se esperar, por parte do governo Joe Biden, uma postura diplomática pragmática que não apenas favorecesse um espaço de diálogo agregador em seu “próprio quintal”, em contraposição à postura do seu antecessor, mas que, também, garantisse incentivos materiais concretos, traduzidos na expectativa de favorecer certo nível de fluxo comercial e de investimentos na região. Tal postura teria evitado um afastamento ainda maior entre os Estados Unidos e a região latino-americana, imersa em uma situação socioeconômica crítica, e sob influência crescente dos interesses da China – único país que, segundo a Estratégia de Segurança Nacional Interna do próprio governo Biden, seria capaz de reunir poder suficiente para ameaçar a hegemonia norte-americana.

De fato, segundo o relatório da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) de junho de 2022, que analisa as repercussões da guerra na Ucrânia na região, 33,7% da população regional estará em situação de pobreza até o final do ano, enquanto 14,9% em situação de pobreza extrema. Isso é apenas uma amostra de um quadro crítico e complexo mais amplo em que a região está inserida. Já com relação à segunda questão, ainda que a presença chinesa na América Latina venha reafirmando a dependência externa do continente ao estimular a tradicional matriz agroexportadora, não há como não chamar a atenção para o papel que o gigante asiático vem desempenhando em termos de comércio e investimentos, tal como evidenciado nos dados publicados no Monitor da LAC-China Network.

Entretanto, apesar de contar com todo um cenário “favorável” para fazer da Cúpula de Los Angeles um instrumento que honrasse o lema “Construindo um futuro sustentável, resiliente e equitativo”, os Estados Unidos se mostraram, mais uma vez, negligentes à reorientação das relações estagnadas com os países latino-americanos. De fato, após Cuba, Nicarágua e Venezuela terem sido deixados de fora da Cúpula, e das ressonâncias negativas expressas na crítica e na ausência de vários líderes da região, ficou evidenciado o desinteresse do governo Biden em adotar uma estratégia responsável que abrangesse ideológica e territorialmente todo o continente, que estivesse à altura das exigências da atual conjuntura.

Para encerrar, chamamos a atenção para pelo menos dois elementos que decorrem do referido quadro. Um deles, de caráter geopolítico mais amplo, diz respeito ao retrocesso e à frustração que, mais uma vez, a Cúpula das Américas como mecanismo de diálogo e cooperação expressa (e, dessa vez, em meio, como já dito, à crescente influência chinesa). O segundo elemento, relativo à política interna estadunidense, se refere à promessa eleitoral do governo Biden de implementar uma nova estratégia de cooperação com os vizinhos latino-americanos, que representasse uma mudança clara das práticas do governo Trump. O acontecido na recente Cúpula confirma que Biden está aquém da referida promessa eleitoral. Mas, também, confirma a necessidade, imperiosa, de a América Latina manter espaços próprios de integração e concertação política, articuladores de projetos e agendas socialmente inclusivas e soberanas, que favoreçam a ampliação das margens de ação estratégica dos Estados, em um mundo em transformação.

O Governo Biden e o Brasil: Sinalizações em Curso

Cristina Soreanu Pecequilo⁶

Desde que Joe Biden assumiu a presidência dos Estados Unidos (EUA) em janeiro de 2021, as análises e percepções sobre as relações bilaterais Brasil-EUA alternam momentos de decepção, distanciamento e euforia dependendo do espectro político. Este espectro pode ser dividido em duas grandes linhas: a oposição e a situação. Em 2022, diante do contexto eleitoral no Brasil essa dinâmica parece se repetir. Entretanto, é preciso escapar destas cortinas de fumaça, por meio da compreensão destes posicionamentos e examinar as ações concretas que a gestão democrata aplica ao Brasil.

Mais do que representar o interesse estadunidense no país e na região, estas linhas representam as fraturas internas do Brasil e a forma como os EUA (e suas posições) são instrumentalizadas para garantir maior coesão a cada uma destas forças domésticas. Isso se aplica principalmente à dimensão do distanciamento que se refere às forças políticas da situação. Com a saída de Donald Trump do poder, tais forças buscam uma adaptação da agenda bilateral que concilie a manutenção de pautas essenciais à mobilização da base política do Executivo no campo social, cultural e religioso, com os demais setores econômicos nacionais. Dentre estes setores destacam-se o mercado financeiro, o agronegócio e parcelas do Ministério das Relações Exteriores que almejam um ponto de equilíbrio. Com isso, muitas vezes observa-se um descolamento de discursos, com posições não-convergentes entre o Executivo e esses outros atores.

Por sua vez, no eixo decepção e euforia, enquadra-se a agenda da oposição brasileira e de grupos de interesse tanto no Brasil quanto nos EUA que esperavam do governo democrata demonstrações de força mais incisivas, em relação às agendas de direitos humanos e meio ambiente. Ao longo de 2021, essa euforia foi substituída pela decepção, pois não se criticava abertamente o Brasil ou se promovia ações de estrangulamento. Isso não significava, contudo, que não existiam movimentações estratégico-diplomáticas norte-americanas ocorrendo. Entre julho e agosto de 2021, as visitas de William Burns da CIA e de Jake Sullivan, Assessor de Segurança Nacional ao Brasil, do alto escalão da Casa Branca, sinalizavam a relevância do país em termos geopolíticos e geoeconômicos, a despeito das diferenças.

Pautas como o 5G, energia, o avanço da China (definida em todos

⁶ Professora de Relações Internacionais da UNIFESP, do Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas UNESP/UNICAMP/PUC-SP e em Economia Política Internacional da UFRJ. Pesquisadora do NERINT e do CNPq. crispece@gmail.com

os documentos estratégicos da presidência Biden como uma ameaça multidimensional e a maior ao interesse dos EUA) e a dimensão securitária do país na região envolvendo a vizinhança hemisférica e o Atlântico Sul foram debatidas. Predominava, assim, uma certa inércia. Porém, em janeiro de 2022 este quadro começou a se alterar, tendo como ponto de partida a indicação de Elizabeth Bagley para Embaixadora dos EUA no Brasil.

Mantendo sua tradição de nomear pessoas de um círculo de confiança próximo e que já exerceram cargos em gestões democratas (incluindo Bill Clinton e Barack Obama), Bagley é mais um nome da “porta-giratória” Estado-companhias privadas nos EUA, atuando no setor de advocacia e telecomunicações (telefonia celular). Além disso, é uma das maiores contribuintes individuais e arrecadadora de fundos coletivos para campanhas eleitorais democratas, atuando como “*bundler*”⁷. Segundo o site *OpenSecrets*, o termo “*bundler*” aplica-se a pessoas que, independente de terem já contribuído individualmente até o teto limite, mantêm-se ativas como captadoras de recursos adicionais para o seu partido e/ou representantes vindos de outras contribuições individuais ou de empresas.

Adicionalmente, a indicação de Bagley refletiu uma mudança de postura de Biden diante da situação do Brasil, o que gerou a euforia. Tal mudança é impulsionada por dois fatores: a proximidade do já citado ciclo eleitoral de 2022 e a deterioração das condições domésticas locais, em termos sociais, econômicos e políticos. Antes bastante discretos com relação a falas mais diretas sobre a situação do regime democrático no Brasil, os EUA iniciaram uma série de sinalizações de que o processo eleitoral e a transição de poder devem seguir o rumo previsto, em respeito às instituições e ao resultado das urnas.

Esta posição ofensiva é demonstrada por meio de três acontecimentos relacionados: a recuperação na mídia de notícias sobre a visita de Burns em 2021, no qual o chefe da CIA já teria alertado o governo brasileiro quanto ao risco do autoritarismo, as manifestações da Subsecretária de Estado dos EUA Victoria Nuland em recente visita ao Brasil sobre a importância de que sejam realizadas eleições livres e justas dentro da legalidade no Brasil e, por fim, as falas de Bagley em sua audiência de confirmação no Senado dos EUA, nas quais a futura Embaixadora sustenta o mesmo argumento de Nuland de que as eleições no Brasil serão justas e transparentes devido à força das instituições brasileiras.

Estes eventos foram mais uma vez instrumentalizados como provas

7 OPEN SECRETS. Disponível em: <https://www.opensecrets.org/search?order=desc&page=2&q=elizabeth+bagley&sort=D&type=donors> e <https://www.opensecrets.org/biden/bundlers>. Acesso em 19 maio 2022.

da manifestação de que os EUA estariam atentos às tentativas de desestabilizar o cenário político brasileiro, e seriam uma espécie de “garantidores” do processo eleitoral. Inclusive, no eixo euforia-decepção, chegou-se a associar esta movimentação ao dossiê de abril 2022 produzido por diversas instituições acadêmicas e de classe dos dois países⁸. Este documento alerta para o risco de se repetir no Brasil um cenário similar ao da invasão do Capitólio em 06 de janeiro de 2021 e as ameaças à democracia nacional, e conclama a comunidade internacional e organismos multilaterais a acompanharem as eleições.

Independentemente deste dossiê, a visão dos EUA se solidifica por conta das questões concretas aqui apresentadas, as quais podem ser agregadas mais duas: a posição do Executivo na crise russo-ucraniana que, apesar de matizada pelo Itamaraty nas Nações Unidas com condenações às ações russas gerou, e gera, certo desconforto e a possível ausência do presidente na Cúpula das Américas a ser realizada entre 06 a 10 de Junho (lembrando que é possível também que o presidente mexicano Lopez Obrador não compareça).

A despeito de sua presença global e da imagem de que estaria “desinteressado” na região, os EUA nunca deixam, ou deixarão de estar atentos à sua zona de influência e aos riscos intra e extrarregionais que se colocam. Se a China surge como ameaça extrarregional, a instabilidade em países como o Brasil e o eventual renascimento de uma aliança de governos progressistas aparecem como problemas intrarregionais. Entre a euforia, a decepção e o distanciamento, se localiza a recente ofensiva de Biden. Afinal, pode-se sugerir que, para os norte-americanos, a situação do Brasil emerge como a pior entre estes cenários de crise institucional, mudança de linha política e/ou uma combinação de ambas as tendências.

Parceria para a Prosperidade nas Relações do Brasil com a China e o Atlântico Sul

Paulo Antônio Pereira Pinto⁹

Enunciados, como o da “parceria estratégica” e os de “zonas de paz e cooperação”, tornam-se repetitivos e indefinidos, a ponto de se colocar, com frequência, a questão de que “o resto do mundo sabe o que deseja do Brasil, mas o Brasil não sabe o que deseja do exterior”. Este critério se aplicaria,

8 BBC Brasil. “Governo Biden recebe dossiê de acadêmicos com alerta de ‘versão mais extrema de ataque ao Capitólio’ no Brasil”. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-61267152>. Acesso em 19 maio 2022.

9 Embaixador brasileiro aposentado.

principalmente, às relações com a China e a África.

Proponho, nessa perspectiva, no que diz respeito à China, reflexão sobre uma “parceria para a prosperidade”, com o Brasil, de forma a criar vantagens mútuas (“*win-win situations*”), principalmente em projetos conjuntos a serem desenvolvidos na África e América Latina.

Nesses países, tem acontecido que, uma vez incluídos nos projetos de “cinturão e rota das sedas”, ouvem-se críticas frequentes a formas autoritárias e métodos de produção restritivos a nacionais chineses, com a exclusão de habitantes de países onde empresas da RPC se instalam. Há críticas, ademais, à concentração de lucros para os investidores orientais, enquanto os receptores adquirem dívidas excessivas.

Nessa perspectiva, poderia haver esforço para alinhar a “eficiência e necessidades chinesas de acesso a insumos para seu continuado crescimento econômico”, com a nossa capacidade de “promover o diálogo entre diferentes culturas”¹⁰, bem como procurar soluções comuns para problemas compartilhados, enquanto se busca a geração de benefícios mútuos.

No que diz respeito à África, além de manter a paz e intensificar a cooperação – conceitos que podem ser vistos como “horizontais” – caberia introduzir também o vetor da “prosperidade através do Atlântico”, que daria uma ideia melhor de avanço “vertical” em direção a cenário de patamar superior.

Nesse sentido, inicialmente, no que diz respeito às relações com a China, caberia definição clara de nossos objetivos de inserção internacional, que não poderiam se resumir a “reagir” a propostas chinesas de “cinturão e rota das sedas”. Haveria, então, a criação de uma “estratégia da parceria”? Cabe pensar em uma “trilha” brasileira.

China: A Ascensão Pacífica Terrestre e a Nova Rota das Sedas

A propósito, no final de 2020, fomos surpreendidos com a referência do ex-Embaixador da RPC em Brasília, Sr. Yang Wanming, a uma linha de João Cabral de Melo Neto, na poesia “Tecendo uma Manhã”, no sentido de esclarecer a política externa de seu país.

O referido diplomata chinês declarou, então, ao recorrer à metáfora do poeta brasileiro que o verso “um galo sozinho não tece uma manhã” pode sugerir protagonismo brasileiro, na busca de um “novo ordenamento mundial”.

¹⁰ Vide “Manifesto Antropófago”, de Oswald de Andrade, em 1928, que nos indica o caminho brasileiro de aceitar o que nos é estranho sem deixar de transformá-lo em algo mais próximo de nossa personalidade nacional.

Nesse sentido, fez analogia com a atual inserção internacional de seu país. “Somente quando todos os países, grandes e pequenos, ricos e pobres, puderem respeitar uns aos outros, resolver suas disputas pelo diálogo e diminuir suas divergências com negociações, é que a Humanidade pode esperar um amanhã melhor”, afirmou, para surpresa de todos nós que estamos acostumados a citar “velhos ditados chineses”, para explicar situações diversas. Ouve-se, então, um representante da China recorrer a uma citação brasileira para explicar a opção estratégica da RPC.

“Um galo sozinho não tece uma manhã: ele precisará sempre de outros galos. De um que apanhe esse grito e que ele o lance a outro: de um outro galo que apanhe o grito de que um galo antes e o lance a outro; e de que outros galos com muitos outros galos se cruzem os fios de sol de seus gritos de galo para a manhã, desde uma teia tênue se vá tecendo, entre todos os galos”, segue a obra de João Cabral.

Em sua palestra, Wanming disse que, para a RPC, “o novo modelo de relações internacionais rompe com o paradigma tradicional em que os países mais fortes buscam hegemonia ou se envolvem em um jogo de soma zero. E deixa para trás a mentalidade da Guerra Fria, que divide o mundo entre amigos e inimigos, aliados e antagonistas”.

“Vamos abrir um novo caminho de interação entre países ditado por diálogo em vez de confrontos, por parcerias em vez de alianças. Não temos a intenção de desafiar ou substituir ninguém, nem mudar o mundo, exportar modelos institucionais ou engajar-nos em confrontos ideológicos”, agregou.

Nessa perspectiva, não se pode reduzir o futuro das relações entre o Brasil e a China ao fato de que nós somos grandes produtores de alimentos, enquanto a RPC é uma enorme consumidora, pelo óbvio fato de contar com cerca de um bilhão e meio de habitantes.

Em termos simplificados, com vistas a situar a ascensão em curso da China, cabe lembrar que a maior parte daquele país é desprovida de litoral, o que leva o país a voltar-se muito mais para a terra do que ao oceano. “A contribuição de Zheng He¹¹, portanto, significou tanto a propagação da ‘civilização terrestre’ chinesa (pelo Sudeste Asiático), quanto a divulgação interna, na China, da experiência de contato com ‘civilizações marítimas’. O Século XXI será direcionado para os oceanos. O pensamento voltado para os oceanos significa abertura e civilização, avanço e progresso. Cabe resgatar, portanto, o espírito de Zheng He e marchar em direção à abertura proporcionada pelo desenvolvimento pacífico de ampla civilização marítima”.

A citação faz parte do discurso atual de Pequim de recorrer à História, para demonstrar a importância dos oceanos à interação entre a “civilização

¹¹ Jornal do Povo, em Pequim, em 12.07.05. Artigo: “Why do we commemorate Zheng He?”.

terrestre chinesa” e as civilizações ultramarinas, enquanto busca dar versão benigna às viagens do Almirante Zheng He, ocorridas há 600 anos, ao Sudeste Asiático.

Existem, no entanto, críticos severos da tese atual dos dirigentes chineses, quanto aos efeitos dos périplos de Zheng He. Setores de opinião descrevem suas viagens como predadoras e destinadas a criar vínculos de dependência entre as nações “visitadas” e o então poderoso Império chinês.

Os dirigentes chineses pretendem, de qualquer forma, resgatar as referidas expedições marítimas históricas como registro de suas “intenções pacíficas” e exemplo da permanente busca de “harmonia” – em oposição à “hegemonia” – nas relações da China com seus vizinhos ao sul de suas fronteiras. O Partido Comunista Chinês (PCC), portanto, se esforça, tanto no plano interno, quanto no das relações com o exterior, no sentido do convencimento de que, em todos os momentos de emergência do país – há 600 anos, como agora – a China pode ser forte, sem representar ameaça regional ou mundial.

Existe, ademais, proposta chinesa recente de criação de uma nova rota das sedas – mais conhecido como o “cinturão” – como um projeto estratégico que visa a transformar a Ásia Central de sua condição atual de “*landlocked*” (sem acesso ao mar) em “*land-linked*” (com ligação terrestre) proporcionando, assim, acesso de produtos chineses a mercados e portos no Oceano Índico, Golfo Pérsico e Oceano Atlântico.

Sua implementação representará, sem dúvida, a melhoria da malha ferroviária através da região, ligando o Irã ao Tajiquistão, atravessando o Afeganistão e chegando à fronteira com a China. Em sua dimensão de “ponte terrestre eurasiática”, conjuntos de ferrovias, estradas e dutos conduzirão bens e recursos naturais, nos dois sentidos, entre o porto de Lianyungang, na China oriental, através do Cazaquistão, na Ásia Central, até Roterdã, e entre o delta do Rio das Pérolas, no sudeste da China, através do Sudeste Asiático, e também Roterdã. Cabe lembrar que já existe a ferrovia transiberiana, no percurso de Vladivostok, na Rússia oriental, a Roterdã.

A RPC entende, nessa perspectiva, uma “*New Silk Route*” como ligação terrestre para facilitar seu abastecimento de recursos naturais e a venda de produtos “*made in China*”. Para tanto, identifica-se a intenção chinesa de que esta intensa capilaridade de ferrovias, estradas e dutos conte, na área a ser percorrida por tais vias de transporte, com proteção militar fornecida por Pequim¹².

¹² Lin, Christina, “Visiting Scholar at the Center for Transatlantic Relations at the Paul H. Nitze School of Advanced International Studies”, – Resumo de trabalho intitulado “China’s New Silk Road to the Mediterranean: The Eurasian Land Bridge and Return of Admiral Zheng He”, Outubro de 2011. “ISPSW Strategy Series: Focus on Defense and International Security”.

Cabe lembrar que a mencionada “rota das sedas” se situa em região que separa a China da Ásia Central e Europa e é uma das mais inóspitas do mundo. A maior parte é coberta pelo deserto de Taklamakan, e sofre pela ausência de chuva e por frequentes tempestades de areia. Apesar de poucas estradas, em péssimas condições, caravanas fizeram seu percurso, durante séculos.

Ao invés de comercializar sedas, porcelanas, tapetes, pérolas e especiarias, os chineses, hoje, vendem eletrônicos, automóveis, aparelhos de telecomunicações, enquanto investem em portos, ferrovias, estradas, projetos de exploração de gás e petróleo e minas.

“Ou o vento do Oriente prevalece sobre o vento do Ocidente, ou o do Ocidente prevalece sobre o do Oriente”, escreveu Mao Zedong, em 1957, na sua linguagem ao mesmo tempo poética e belicosa, para descrever o conflito bipolar, então existente. Seis décadas e meia mais tarde, a atual liderança em Pequim está conseguindo que ganhe vigor o vento oriental, por meio das iniciativas do “cinturão e rota”.

Marcante, nessa proposta cínica, foi o fato de que o primeiro trem a fazer o percurso da China ao Reino Unido foi batizado de “*East Wind*”, tendo levado 16 dias para percorrer 12 mil quilômetros, atravessando Cazaquistão, Rússia, Belarus, Polônia, Alemanha, Bélgica, França até chegar à área londrina. Estima-se que teria feito a viagem utilizando um quinto do tempo que seria gasto por via marítima.

Encontra-se disponível ampla bibliografia sobre valores, quantidades e composição das mercadorias transportadas, nas travessias de ida e volta do referido comboio. Já tem sido, também, exaustivamente descritos os caminhos que levariam “o vento Leste a ser, hoje, mais forte que o do Oeste”, na medida em que são louvados os atuais ganhos geopolíticos chineses.

No sentido contrário, amplas críticas são divulgadas a respeito desta expansão da economia e valores de governança chineses – como resultado do projeto – em termos de conflitos com identidades culturais, excessivos ganhos da China e, mesmo facilitação de novos canais para a expansão de vírus, com eventual origem na RPC, entre outros malefícios da mesma proposta.

No momento, a China está expandindo seus interesses, em busca de acesso a recursos naturais e novos mercados na África e América Latina, onde, conforme mencionado acima, tem encontrado incentivos e resistências.

Daí, na perspectiva sugerida, a “*soft power*” brasileira, no sentido da facilidade de “negociação cultural” e a identificação de interesses compartilhados, com vistas à prosperidade de todas as partes, poderiam, gradativamente, vir a configurar a “estratégia da parceria” que se pretende estabelecer entre o Brasil e a China.

O objetivo é estabelecer um fluxo de livre comércio e intercâmbio

de ideias, de forma a futura integração de mercados e a convivência entre diferentes formas de governança. Assim, a parceria sino-brasileira almejaria novos “networks” de integração de cooperação (“conectividade” para empregar o termo preferido por Pequim) entre os países a serem “conectados pelo cinturão e rota chineses” e por eventual “trilha” brasileira.

A Prosperidade Através do Atlântico

Uma Política Externa brasileira para o Atlântico Sul é prioritária. Para além da grande quantidade e densidade de iniciativas multilaterais e bilaterais promovidas, ao longo de décadas, no sentido de consolidar no Atlântico Sul uma região de paz, de cooperação e de desenvolvimento sustentável, é preciso considerar ainda a importância do Atlântico Sul para a formação de nossa própria identidade nacional.

Percurso por onde passa cerca de 95% de nosso comércio exterior, fonte de grandes riquezas minerais e biológicas, as potencialidades do Atlântico Sul ainda não são plenamente aproveitadas pela sociedade brasileira.

À política externa compete garantir as condições para que o Brasil possa fazer do espaço sul-atlântico cada vez mais um vetor de desenvolvimento e integração. Nesse sentido, como maior país da região, tanto em termos populacionais e geográficos quanto econômicos, compete ao Brasil assumir crescentes responsabilidades na gestão desse espaço e na concertação entre os países africanos e sul-americanos, de modo a conciliar interesses nacionais distintos e manter a região longe de tensões geopolíticas.

Breve perspectiva histórica lembra que o Atlântico Sul não é um “novo eixo” para a política externa brasileira, mas antes, um fator fundamental para a definição da identidade nacional, um vetor de integração da economia brasileira à economia internacional, e a primeira forma de integração do próprio território do Brasil.

Caberia, no entanto, introduzir conceito dinâmico, como o da “prosperidade compartilhada” para consolidar no Atlântico Sul uma região de paz, estabilidade, democracia e desenvolvimento. O Atlântico Sul apresenta-se como uma imensa fonte de oportunidades, não apenas para o Brasil, mas para todos os países que o margeiam.

Nossa capacidade de transformar essas oportunidades em benefícios concretos para o povo brasileiro depende da coordenação cada vez mais estreita com os demais países da região. O apoio ao desenvolvimento dos países do Atlântico Sul, o aumento do fluxo de comércio intrarregional e o aprofundamento da cooperação técnica e científica devem ser objetivos de nossa política externa para essa região tão importante.

No que diz respeito à proposta de um enunciado de “prosperidade

através do Atlântico”, cabe recorrer ao legado deixado pelo saudoso Professor Severino Cabral – falecido no ano passado – com a sugestão de que se reflita sobre cenário futuro que valorize um Brasil “tri-oceânico”, “levando em conta nossa influência em ambas as margens do Atlântico, no Pacífico e no Índico”.

O Prof. Cabral propunha, então, que se revivesse “o imaginário da consolidação de parceria entre a “América Lusa e a África Lusa”, como fator que contribuiria para a identificação de novas formas de cooperação que viessem a identificar soluções comuns para problemas compartilhados”.

Verifica-se, a propósito, que a emergência da Nova África está presente tanto na história, na geografia e na política da região africana contemporânea, como também se insere na evolução do processo de integração da região sul-americana, que se forma do nosso lado do Atlântico Sul, no espaço subcontinental meridional da América. Entretanto, ambas as regiões ainda sofrem a influência do seu passado na visualização dos seus itinerários e de suas trajetórias estratégicas no século XXI.

Nesse sentido, as grandes disputas pelas rotas oceânicas que levaram a guerras do século XVII, iniciadas com o ataque holandês ao Nordeste da América Lusa, a resistência e a vitória atlântica portuguesa seguida de sua derrota no Índico, foram concluídas com a ascensão da potência marítima anglo-saxônica à condição de “senhora dos sete mares”.

Estes acontecimentos vieram a determinar o fim da União Ibérica, e o inevitável declínio de Portugal e Espanha. Desse modo, as potências contestadoras – Holanda, Inglaterra e França – conseguiram total êxito no “esgarçar e fazer desaparecer o marco de Tordesilhas”.

Sempre de acordo com o Mestre Severino, “após a derrocada das colônias ibéricas do Novo Mundo e, sobretudo, a ruptura dos laços do Império brasileiro, com o lado africano do mar português, no século XIX, uma época da mundialização se dava por encerrada”.

A seu ver, a partilha da África e a invasão do Império chinês pelas potências europeias inauguram uma nova era. Dadas as novas condições do ecúmeno mundial dominado pela hegemonia britânica associada à França (Pax Britânica), que se via ameaçada com a ascensão de potências industriais como a Alemanha, a Rússia, os Estados Unidos e o Japão, “uma nova etapa da ordem mundial se abre e anuncia onda de disputas em todos os horizontes”.

Esta se intensifica e se adensa com a cristalização da hegemonia norte-americana sobre o megamercado mundial, que foi gerado no pós guerra pela generalização do sistema industrial e urbano. O fim da bipolaridade pôs em crise os fundamentos desse sistema ao apontar para uma nova etapa com a emergência de novos polos de poder no mundo.

“Na conjuntura internacional vivida nessa segunda década do século XXI vislumbra-se a possibilidade real de retomada do projeto do novo Brasil

sob novas bases estruturais. Elas se apresentam constituídas pelo crescente processo de integração do espaço meridional americano em torno do MERCOSUL, da Comunidade Andina e do Arco Amazônico. Trata-se de um movimento que de certo modo inaugura um espaço já contido no antigo mapa da União Ibérica, responsável pela unificação das Américas lusa e hispânica. Neste novo período, esse movimento revela o aparecimento de um novo polo de poder mundial com base na criação do mega estado sul-americano. Um espaço bioceânico que unirá o Oceano Pacífico ao Atlântico e a Bacia do Amazonas à Bacia do Rio de Prata”; ensinou o Professor Cabral.

Nesse contexto, seria de grande importância um “Corredor Bioceânico”, que ligasse Porto Murtinho (MS) com o Paraguai e depois chegasse aos portos do Chile. O investimento chinês, por exemplo, neste projeto teria especial valor, de forma a facilitar o escoamento de nossa produção de commodities, que é grande parte do comércio que temos com a China, bem como baratearia essa produção.

No outro lado do Atlântico, as antigas colônias lusas de Angola e Moçambique avançam na direção de um desenvolvimento ancorado nos imensos recursos naturais de que dispõem. Em sua trajetória para a construção de uma sociedade urbano-industrial, tal como sua irmã luso-brasílica da América, elas precisam integrar-se à região para desenvolver um espaço econômico, político, sociocultural, técnico-científico capaz de sustentar seus respectivos projetos nacionais.

Nessa perspectiva, um projeto de integração física do Cone Austral, unindo Angola a Moçambique através de complexa e moderna rede de infraestrutura (transportes, comunicação e energia), a sustentar os dois lados da África, é crucial para o desenvolvimento integrado das economias do Sul. Talvez, se identifique aí um ponto de convergência entre a “rota” chinesa com a “trilha” brasileira, vindo a beneficiar, também, uma “avenida” africana.

Esse projeto geraria um bloco político-econômico notável para o processo da economia do século XXI, pois se estabeleceria uma ligação do Atlântico com o Pacífico e o Índico, gerando a possibilidade de um “acesso tri oceânico” para o conjunto formado pelos países meridionais da América e da África.

Se não estão consolidadas propostas com ordenação específica, neste sentido, sabemos quais são as metas globais que a sociedade persegue: democracia, respeito a direitos humanos, desenvolvimento, equilíbrio social, proteção ao meio ambiente, erradicação da pobreza etc. Esses são os parâmetros a partir dos quais a diplomacia deve definir seus objetivos.

A reconstrução da política exterior brasileira é urgente para recolocar no centro da ação diplomática a defesa da independência, soberania, da dignidade e dos interesses nacionais, de valores, como a solidariedade e a

busca do diálogo, que a diplomacia ajudou a construir como patrimônio e motivo de orgulho do povo brasileiro.

Cada macaco no seu galho, cada galo em seu poleiro, cada país em sua rota, trilha ou avenida, em busca da prosperidade compartilhada¹³.

A Crise do Cazaquistão: Revolução Colorida ou Manifestação Popular?

Guilherme Geremias da Conceição¹⁴

Após a desastrosa retirada das tropas estadunidenses de Cabul, no ano passado, a Ásia Central retornou à cena da mídia ocidental no início de 2022. Em janeiro, protestos possivelmente relacionados ao aumento do preço do gás liquefeito¹⁵ eclodiram no principal elo de convergência entre as concepções russa e chinesa para a integração eurasiática, o Cazaquistão¹⁶. Nesse contexto, se por um lado o sistema político cazaque é o centro de uma disputa nacional intraoligárquica pelo controle do aparelho do Estado, de outro, seu espaço econômico está intrinsecamente relacionado à interesses internacionais escusos. Assim, para compreendermos a interação entre os dois níveis de análise, quais sejam as possíveis causas domésticas e externas desta crise, é necessário recapitular o processo de formação político-social do Cazaquistão e sua inserção global pós-1991.

Com o fim da URSS o país de origem turco-mongol passou a ser governado por um complexo acordo de distribuição de poder e controle de

13 A propósito, em dezembro de 2010, o ex-Chanceler Celso Amorim concedeu entrevista à jornalista Susan Glasser, da revista *Foreign Policy*, com a pergunta inicial seguinte: “What is the big idea, as far as you see it, for Brazil’s role in the world? Some people have argued that Brazil is a negotiating power, or a symbol of the emerging world order. What is your view?”

Celso Amorim: I would say, of course it’s a negotiating power. But it would be very simplistic to think Brazil always looks for consensus’ sake. We also have a view of how things should be, and we tend to work in that direction. We struggle to have a world that is more democratic, that is to say, more countries are heard on the world scene – a world in which economic relations are more balanced and of course in which countries in different areas can talk to each other without prejudice”.

14 Bacharel em Relações Internacionais pelo Departamento de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). E-mail: guilhermegconceiao@gmail.com

15 Amplamente utilizado como combustível e principal fonte de energia doméstica do Cazaquistão.

16 Além de *pivot* securitário, o Cazaquistão representa 60% do PIB da Ásia Central, recursos maciços de petróleo/gás e minerais e indústrias de alta tecnologia.

recursos entre clãs nacionais, à época simbolizado pela ascensão política do ex-líder soviético e ex-presidente Nursultan Nazarbaev, membro da maior confederação tribal do país, a *Elder Zhuz*. Essa política de concessões e favorecimentos, principalmente no que diz respeito ao direito de exploração econômica do petróleo e dos hidrocarbonetos cazaques, nutriu inimizades com outros grupos, dentre os quais destacam-se os representantes da horda minoritária, região da costa do Mar Cáspio, de onde tais recursos são extraídos.

Soma-se ao quadro de ressentimentos internos, o fato de que, desde 2019, o gás liquefeito é comercializado eletronicamente no Cazaquistão, o que não somente dificulta o estabelecimento de uma política de limite de preços por parte do governo, como também explica o motivo pelo qual o país, mesmo sendo um grande exportador de energia, precisou aumentar o valor do insumo. Esta situação, agravada pela alta da inflação e dos preços internos, pode ser elencada como um dos efeitos colaterais da política ocidentalizada “multi-vetorial” adotada pela administração Nazarbaev. No entanto, o que se observou de maneira mais nítida foi uma resposta à falsa promessa de reordenação dos arranjos políticos no jogo de alianças regional, mudança há muito tempo esperada por frações da elite nacional, sobretudo após a chegada negociada de Kassym-Jomart Tokayev à presidência, em 2019.

Frustrada a transição de poder, Tokayev, enquanto membro da mesma confederação tribal que o ex-mandatário e integrante (até janeiro deste ano) do mesmo partido, o Nur-Otan, manteve-se ao lado de figuras próximas do antecessor e conferiu à Nazarbaev, hoje com 82 anos, a posição de árbitro da política doméstica. Assim, o que supostamente havia se originado na decisão do governo de aumentar o preço dos combustíveis logo passou a exigir a mudança completa de regime no país sob o slogan *Shal, ket!* (“Abaixo o velho”), de forma que, mesmo revogado o aumento e afastando Nazarbaev da chefia do Conselho de Segurança Nacional (KNB), Tokayev precisou acionar o mecanismo para a instauração de uma operação de paz gerenciada pela Organização do Tratado de Segurança Coletiva (CSTO)¹⁷.

Como consequência, além de dissolvido o gabinete do Primeiro Ministro e da renúncia em massa de membros do alto escalão, ex-diretores do KNB, Karim Massimov, Samat Abish e seu irmão, o empresário e ex-agente de segurança, Kairat Satybaldy, foram presos sob a acusação de tentativa de golpe de Estado ao participarem do levante aparentemente desordenado de manifestantes¹⁸. “Aparentemente” se levamos em consideração que a

¹⁷ Em 2020, a estrutura securitária liderada pela Rússia (com a participação da Armênia, Bielorrússia, Cazaquistão, Quirguistão e Tadjiquistão) estabeleceu uma outra operação de paz no Quirguistão para sanar protestos “relâmpago” em Bishkek que, de maneira similar aos do Cazaquistão, pediam a derrubada do governo.

¹⁸ Para o governo cazaque, tanto Massimov, um antigo aliado de Nazarbaev, quanto os irmãos

turbulência, iniciada na cidade petrolífera de Zhanaozen, próxima ao Cáspio, tomou rapidamente proporções nacionais e, “espontaneamente”, se espalhou em direção ao principal centro financeiro e de negócios do país, Almaty, e não para a capital Nur-Sultan, antiga Astana. Diante desta coincidência, convém destacar que, em virtude da sua posição geográfica (próxima às fronteiras chinesa e quirguiz) e da importância econômica, Almaty pode ser considerada um ponto sensível para a estabilidade regional ao abrigar também a maior população do Cazaquistão.

Outro agravante na dimensão doméstica, que certamente incidiu sobre parte da revolta, foi a difusão externa que as manifestações receberam de Muchtar Ablyazov, ex-presidente do banco cazaque Bank Turan Alem (BTA) e fundador do partido de oposição Escolha Democrática (QDT), hoje asilado em Paris. Especulou-se ainda que grupos radicais islâmicos poderiam estar infiltrados nas manifestações, um argumento baseado no longo histórico de atividades do Movimento Islâmico do Uzbequistão (IMU) na Ásia Central. O que não é uma suposição absurda se levarmos em consideração que as células do ISIS-Khorasan, hoje localizadas próximas ao Turcomenistão, ou mesmo os rebeldes de Xinjiang poderiam se deslocar facilmente à Almaty. No entanto, a rápida e simultânea eclosão dos protestos permanece sem uma explicação objetiva, mesmo considerando os aspectos domésticos que apontam para o que seria a articulação de um golpe desferido por forças do cenário político cazaque.

Nesse sentido, o “X” da questão parece se encontrar no cenário internacional mais próximo dos interesses econômicos regionais-globais. Assim, enquanto para os chineses o Cazaquistão possui a posição indiscutível de ponte entre Europa e Ásia na *Belt and Road Initiative* (BRI)¹⁹, para a Rússia, o Estado cazaque desempenha um papel estratégico (e histórico) ainda mais relevante: é a nação com quem compartilham sua maior fronteira terrestre, além de manter o idioma e uma população de cerca de 3 milhões de russos em seu território. Essa característica certamente fez com que Vladimir Putin concordasse com Erlan Karin, Secretário de Estado do Cazaquistão, no envio das tropas da CSTO ao país, em reconhecimento também ao caráter híbrido do ataque.

Afinal, considerando a hipótese de um golpe engendrado por forças internas, externas, ou mesmo por ambas, os fatos apontam para uma inquestionável (e malfadada) tentativa de intimidar a Rússia, ocorrida a (quase

Abish e Satybaldy, sobrinhos do ex-presidente, estiveram diretamente envolvidos nos tumultos no âmbito do KNB.

¹⁹ Iniciativa lançada por Xi Jinping na Universidade Nazarbaev, no Cazaquistão, em 2013, e vista pelo governo cazaque como uma forma de solidificar sua economia.

exatos) dez dias antes da rodada de conversas sobre a questão ucraniana entre Moscou e OTAN, em Genebra e Bruxelas. A estratégia de forçar o recuo russo naquele momento, causando o distúrbio contínuo em suas fronteiras e mantendo o país em dois flancos simultâneos, foi deliberadamente publicada em um relatório da *RAND Corporation* de 2019, chamado “*Extending Russia*”, onde, no capítulo 4, o fornecimento de “ajuda letal à Ucrânia”, a promoção de “*regime change* na Bielorrússia”, e a intenção de reduzir a “influência russa na Ásia Central” foram itens minuciosamente detalhados.

Não obstante, ainda que as causas internacionais possam ser também visualizadas, não há, até o presente momento, um rosto por detrás da coordenação dos tumultos ou mesmo um consenso sobre quais seriam os responsáveis pela instrumentalização da crise cazaque e quais seus objetivos de longo prazo. Enquanto oposição, Ablyzaov poderia até se tornar a mais nova opção de aliança da OTAN e dos EUA no local, mas o empresário está longe de ser uma alternativa real de poder no país. Além do mais, existem aliados antigos nas proximidades. Aqui cabe mencionar o papel regional que Ancara vem desempenhando enquanto uma *ponta de lança* subordinada aos interesses da OTAN em oposição à Moscou nas diversas frentes em que vem atuando, desde a Guerra da Síria e da Líbia ao recente conflito Armênia-Azerbaijão. Mais precisamente, pode-se considerar que desde 2009 a Turquia tem se aproximado da Ásia Central com o objetivo de aumentar sua influência política local, um movimento que se choca com o conceito sino-russo de integração para a região²⁰.

Neste sentido, uma provocação aos russos em sua esfera de influência faria parte de um movimento mais amplo, onde não apenas os interesses estratégicos da Rússia estariam em jogo, como também os da agenda eurasiática, de modo que um golpe de Estado no Cazaquistão beneficiaria o Ocidente duplamente. No entanto, essa tentativa de desestabilizar a Rússia e a China em seus projetos político e econômico para o local (BRI/EAEU/OCX), e consequentemente compartilhar com os aliados regionais os significativos ganhos da empreitada, foi rapidamente entendido por Tokayev. Assim, o recente referendo realizado no Cazaquistão que, sumariamente, afasta a sombra de Nazarbaev sobre o país²¹, inaugura uma nova etapa da

20 C om a criação do Conselho Turco, Ancara vem alternando práticas de *Soft* e *Hard Power* sobre a Ásia Central. São exemplos desta abordagem, a pressão que Recep Tayyip Erdogan estabeleceu para que o Cazaquistão adotasse o alfabeto latino e as negociações envolvendo a transferência de tecnologia militar do complexo industrial-militar da Turquia para o Estado cazaque e o vizinho, Uzbequistão.

21 O referendo proposto por Tokayev aprovado em junho pelo Parlamento cazaque prevê a redução de poder do presidente, o aumento do papel legislativo, além de diversas “medidas sanitárias” para isolar parentes do ex-mandatário da vida partidária e da economia do país.

política doméstica cazaque e simboliza não apenas o fortalecimento do atual presidente enquanto um *player* chave para o desenvolvimento dos projetos regionais, como também a vitória de sua aliança com Pequim e, sobretudo, Moscou. Resta saber agora se a sinuosa aproximação de Erdogan permanecerá sendo encarada com pragmatismo pelo governo cazaque e de que modo essa relação poderá influenciar os próximos eventos no país.